Portugal não é caso único: doutrina nas guerras coloniais tardias e o mito da vitória traída

Bruno Cardoso Reis

Até que ponto Portugal foi um colonizador diferente também na sua forma de fazer a guerra? Procurarei demonstrar que a resposta é: não muito e não no essencial. Portugal foi a última de uma série de potências coloniais europeias que tentaram manter os seus impérios de armas na mão. É verdade que as guerras coloniais tardias portuguesas são ainda mais tardias do que as da França, da Grã-Bretanha, os outros dois casos em que nos vamos focar neste texto. Claro que essa pequena diferença teve um grande impacto em quem a viveu. Mas na longa duração da história global da expansão imperial europeia a diferença temporal não é muito significativa. Quando estas campanhas coloniais tardias portuguesas se iniciaram, em março de 1961, em Angola, a França ainda tinha centenas de milhares de tropas a combater na Argélia. A última grande campanha de contrainsurreição colonial britânica, na colónia de Áden e no protetorado adjacente, terminou apenas em novembro de 1967, com uma retirada apressada que deixou a região mergulhado numa violenta guerra civil. Apenas oito anos separam essa data de Novembro de 1975, quando as últimas tropas portuguesas deixaram Luanda.

Mostrar que Portugal está longe de ser um caso único em aspetos fundamentais das suas guerras coloniais *tardias* – ou seja, pós-Segunda Guerra Mundial – obriga a uma comparação com outros casos, necessariamente sintética dadas as dimensões deste texto. A França e a Grã-Bretanha foram os casos selecionados. Por um lado, por serem os impérios mais relevantes em termos de dimensão e duração. Mas também por serem os únicos casos, a par do português, em que a resistência militar à descolonização – a conquista da independência formal de territórios até aí dependentes – resultou em *várias* campanhas *prolongadas* em *diferentes colónias*.

O ponto de partida deste texto é um facto paradoxal partilhado por todas estas guerras coloniais tardias: o David independentista venceu o Golias colonial, em termos políticos e estratégicos. Em todos estes conflitos, independentemente da evolução operacional destas guerras prolongadas de guerrilha, as potências coloniais acabaram por reconhecer a independência das suas principais colónias, apesar de não terem sofrido

uma derrota convencional. Este paradoxo deu origem ao mito da vitória traída a que voltaremos na conclusão. O objetivo deste texto será ajudar a esclarecer este paradoxo e demonstrar que são maiores as semelhanças do que as diferenças entre estas várias guerras coloniais tardias. Para isso, teremos como fontes principais as doutrinas militares oficiais elaboradas especificamente para lidar com estes conflitos a par de alguns testemunhos. Antes de entrarmos nestes aspetos mais específicos convém, no entanto, esclarecer alguns conceitos fundamentais.

Comecemos pelo facto de que estas *são guerras coloniais tardias* em qualquer definição do termo com o mínimo de rigor e utilidade operativa. Guerra colonial é, evidentemente, um conceito derivado do de império colonial. Mas o que é um império, e o que faz dele colonial? Uma definição operativa de império tem de explicitar o que o distingue de outros tipos de Estado. É o facto de que num Estado imperial a 'soberania *efetiva*' é exercida por uma 'metrópole dominante', que 'detém o controlo político sobre a política interna e externa' de regiões e populações periféricas e subordinadas.[1] O que é que distingue os impérios coloniais de outro tipo de impérios igualmente extensos e etnicamente diversos como a Rússia dos Romanov, a China dos Manchus, ou o Império dos Zulus? Num império *colonial* existe uma *descontinuidade territorial* entre o centro do poder imperial e os seus territórios dependentes e populações subordinadas no além-mar, ou seja, consistem em territórios e povos *ultramarinos* face à metrópole imperial. Essa descontinuidade e subordinação verificaram-se nos três casos de que nos ocuparemos neste texto, mesmo que existissem algumas mudanças formais no estatuto formal destes territórios, mas não uma verdadeira e total independência. Era assim, por exemplo, no caso da França, em que o governo de Paris considerava formalmente a Argélia como parte do seu território metropolitano, mas esse território e às suas populações não-europeias sempre tiveram um estatuto legal diferente. Era assim também no caso de Portugal, apesar da revisão constitucional de 1951 ter alterado a designação das suas colónias para províncias ultramarinas, sem com isso alterar a concentração de poder no governo autoritário sedeado em Lisboa, ou o estatuto legal da maioria da população africanas das mais importantes destas colónias. Em Angola,

[1] Michael Doyle, *Empires.* Ithaca: Cornell UP, 1986: 12. Ver também Alexander Motyl, *Imperial Endings*. New York: Columbia *UP*, 2001: 15.

Moçambique e Guiné-Bissau mais de 90% da população continuou a ter, até ao decreto 43.893 de setembro de 1961, o estatuto de nativos, e não plenos direitos de cidadania. E, depois disso, os novos cidadãos portugueses continuaram a não poder votar livremente, nomeadamente pela autonomia ou pela independência. Em suma, ao contrário do que a propaganda do regime salazarista tentou fazer crer, aparentemente com algum sucesso até hoje, neste contexto histórico os conceitos *colonial* e *ultramarino* são sinónimos. Estas *são guerras coloniais* tardias precisamente porque também são *guerras ultramarinas*.

Vale ainda a pena sublinhar, a este propósito, que é normal que um conflito armado dê origem a uma guerra de palavras. Diferentes beligerantes num mesmo conflito frequentemente optam por lhe dar diferentes designações que correspondem à "sua" narrativa de legitimação da "sua" guerra. Foi assim também nos casos de que nos ocuparemos. Os países que conquistaram a sua soberania plena na sequência destes conflitos armados falam, naturalmente, das suas guerras da *independência*. Aqueles que quiseram associar a sua independência a uma rutura mais radical, nomeadamente através de revoluções marxista, preferem falar de guerras da *libertação*. Já os Estados coloniais em negação tentaram fazer destes conflitos guerras em negação, procurando inicialmente evitar usar o termo guerra e preferindo expressões paliativas como operações de pacificação. Neste texto usaremos várias destas designações, dependendo do contexto. Usaremos também a de guerras da descolonização, que deixa mais clara a sua especificidade face a outras guerras coloniais em diferentes períodos anteriores.

Estruturámos este texto em torno de uma comparação sistemática destas guerras da descolonização nestes três casos. Nas primeiras seções iremos, portanto, focar-nos no desenvolvimento da doutrina britânica, francesa e portuguesa, documentando pontos de convergência cruciais. Iremos concluir este texto com uma breve reflexão sobre a natureza do êxito final neste tipo de conflito não-convencional visando desarmar o mito duma vitória traída. Uma tese que encontramos em Portugal, mas também em França, na guerra norte-americana no Vietname, e noutros conflitos deste tipo, até hoje.[2]

[2] Cf.: Joaquim da Luz Cunha et al., *África: A Vitória Traída*. Lisboa: Intervenção, 1977; na mesma linha para a campanha americana no Vietname William C. Westmoreland, *A Soldier Reports*. New York: Doubleday, 1976; para França ver Christophe Dutrône, *La victoire taboue: Algérie, la réussite tactique de l'armée française*. Paris: Eds. Toucan, 2012.

O desenvolvimento tardio da doutrina de contrainsurreição

Por doutrina entendemos diretivas oficiais do Estado para as suas Forças Armadas. Estas orientações formais são incluídas em todas as definições de doutrina militar, mesmo por aqueles autores que consideram que devemos incluir elementos mais informais. Qual a importância da doutrina? Ela é a 'base do treino militar' e 'do comando e controlo' dos militares.[3] O grande desenvolvimento deste tipo de doutrina formal resultou de consolidação e crescimento das organizações militares contemporâneas, a partir do século XVIII, que se vão tornando mais numerosas, com quadros mais profissionais, e da sua necessidade de orientação claras sobre a 'natureza da guerra e as chaves para o sucesso no campo de batalha'.[4] Ela é fundamental para garantir coerência na formação e na ação. Para existir tropa *regular* são necessárias *regras* de execução permanente. Assim se facilita a incorporação de grande número novos recrutas numa organização muito vasta que tem de ser capaz de funcionar eficazmente e de forma coordenada debaixo de fogo inimigo.

Nos três casos, no entanto, não existia aquando do início destas guerras, um amplo acervo doutrinal formal em vigor sobre guerras de guerrilha em contexto colonial. Como explicar isso, se estes impérios tinham vários séculos e experiência de variados episódios de guerras irregulares em territórios ultramarinos? Um império não sobrevive em conflito permanente. Entre períodos de guerras irregulares foram interrompidos por longos períodos de paz imperial. Sobretudo, estes conflitos tendiam a ser subalternizados, vistos como marginais face às grandes guerras tendo como palco a Europa. A seguir à maior guerra convencional de toda a história, a Segunda Guerra Mundial (1939-45), mais se acentuou a tendência na doutrina militar britânica, francesa e portuguesa para se focar em conflitos convencionais (e até nucleares) no quadro da prioridade estratégica dada à resposta a uma Guerra Fria em que se acreditava no risco iminente de uma Terceira Guerra Mundial. Isso reforçou o preconceito entre muitos responsáveis militares contra estes conflitos na periferia imperial. Temos testemunhos de oficiais mais experientes e de patente superior aconselharem jovens oficiais

[3] Daniel Moran, Military Doctrine, *Oxford Companion to Military History*. Oxford: Oxford UP, 2001: 262.
[4] Jack Snyder, *The Ideology of the Offensive: Military Decision Making and the Disasters of 1914*. Ithaca: Cornell UP, 1984: 27.

talentosos a não perderem tempo em conflitos marginais por serem, supostamente, 'totalmente desatualizados em relação à guerra moderna' considerada sinónimo de grandes conflitos convencionais entre Estados europeus.[5] Aquilo que um dos comandante-chefe franceses na Indochina, o general Navarre, escreve sobre este tipo de conflito, nas suas memórias naturalmente autojustificativas, encontra eco em muitos outros militares franceses, britânicos e portugueses. Esta era uma guerra de tipo 'completamente diferente' das guerras convencionais e 'nunca foi seriamente estudado, pelo que sei, em qualquer escola militar'.[6] Como se desenvolveu, então, a doutrina britânica, francesa e portuguesa de contraguerrilha?

No caso da França o primeiro esforço, pós-1945, para formalizar uma nova doutrina de contraguerrilha surge no Centro de Estudos Coloniais da Direção-Geral do Exército Colonial dirigido, a partir de 1953, por via de um veterano da campanha em curso na Indochina francesa (1946-55), o coronel Charles Lacheroy. Este último também utilizou a direção da principal revista militar oficial francesa – a *Revue Militaire d'Information* – para promover os seus pontos de vistas. Mas só lentamente se foi avançando, para grande frustração destes apóstolos de uma nova abordagem, em França, à guerra de guerrilha. Um primeiro marco, nos anos finais da guerra na Indochina, foram os volumes de lições aprendidas coordenados pelo general Ély, o derradeiro comandante-chefe desse teatro, objeto de uma publicação interna do exército francês, em 1955, de estatuto e impacto incerto noutros teatros onde não era de aplicação obrigatória.[7]

A guerra francesa para travar a descolonização da Argélia (1955-1962) foi objeto de desenvolvimento doutrinal mais cedo. A doutrina guerra francesa na Argélia começou a surgir sob a forma de diretivas operacionais. Um dos exemplos mais desenvolvidos é a Instrução Especial de Contraguerrilha de 1958 do comandante-chefe general Raoul Salan, ele próprio um veterano da Indochina.[8] O que mais se aproximou de um manual francês foram o conjunto de diretivas do Centro de Instrução e Treino em

[5] Charles Lacheroy, La Guerre Révolutionnaire, *La Défense Nationale*. Paris: PUF, 1958: 308.
[6] Henri Navarre, *Agonie d'Indochine*. Paris: Plon, 1956: 38.
[7] SHAT 10 H 983 EMAT, *Enseignements de la Guerre d'Indochine.* (s.l. : s.n., 1955), 3 vols. Há uma edição pública mas muito mais recente: Ministério da Defesa-França, *Les enseignements de la guerre d'Indochine (1945-1954): Rapport du général Ely, commandant en chef en Extrême-Orient*. Paris: Service Historique de la Défense, 2011, 3 vols.
[8] *Instruction Specialisé de Contre-Guérilla* (15.04.1958) cit. e comentado pelo autor, general Raoul Salan, *Mémoires: Fin d'un Empire*. Paris: Presses de la Cité, 1970, Vol.3: 269-271.

Contrainsurreição (CPIG) criado *in loco* em Arzew. Este último ofereceu, a partir de junho de 1956, um curso de contrainsurreição aos oficiais franceses que iam assumir funções nesse teatro de operações.[9]

No caso da Grã-Bretanha será preciso esperar pelo final destas campanhas coloniais tardias para vermos surgir, em janeiro de 1970, um primeiro manual genérico de contrainsurreição, que acolhe as lições destes conflitos e as vai formalizar para o período pós-colonial. Mas no período que nos importa a par de manuais mais antigos sobre o emprego de forças militares para lidar com desacatos e motins, inúteis para conflitos deste nível de intensidade, surgem verdadeiros manuais de contraguerrilha, mas limitados a campanhas específicas, sendo os mais desenvolvidos os da Malásia, e do Quénia, mas noutros casos tiveram um formato mais incipiente como no caso de Áden-Iémen do Sul.[10] Esta opção criava problemas, mas estava alinhada com a estratégia britânica de diferenciar cada território colonial em termos de estatuto, governação, evolução política e opções militares.

Já o líder do regime autoritário português, António de Oliveira Salazar (1932-1968), recusou qualquer tipo de ajuste aos ventos descolonizadores, para além da mera retórica jurídica. O que levou à já referida revisão constitucional de 1951 que transformou o império português de um império declarado num império em negação.[11] Ciente de que isso não mudava o essencial, e que, portanto, poderia enfrentar insurreições armadas independentistas como aquelas com que a Grã-Bretanha e a França já se confrontavam, o governo português procurou ativamente recolher as lições aprendidas nesses casos. É a partir da crise do Suez, de 1956, que começamos a ver sinais de preocupação crescente de Salazar com o risco de uma insurreição anticolonial. Consequentemente o regime começou a enviar oficiais portugueses para frequentar

[9] SHD 1H 1115, França-XRM– CIPCG [Arzew Centre], *Dossier d'Instruction.* Cf. Frédéric Guelton, The French Army "Centre for Training and Preparation in Counter-Guerrilla" (CPIG) at Arzew', *Journal of Strategic Studies*, 25(2) 2002: 35-53.

[10] Grã-Bretanha-HQ-Malaya Command, *The Conduct of Anti-Terrorist Operations in Malaya* [*ATOM*]. (Kuala-Lumpur: HQ-MC, 1954), 2nd rev. ed.; Grã-Bretanha-East Africa-HQ, *A Handbook of Anti-Mau Mau Operations* [*Handbook*]. (Nairobi: EA-HQ, 1954). Grã-Bretanha-MoD, *Land Operations. Volume III. Counter-Revolutionary Operations. Counter Insurgency*, Army Code 70516 (Part 3) [*Counter-Revolutionary Operations*]. (London: HMSO, 5 January 1970). Grã-Bretanha-Middle East Command, *Security Instructions (Aden)*. (Aden : MEC, 1967). Estes manuais foram consultados na biblioteca do UK Joint Services and Staff College (Shrivenham).

[11] Bruno Cardoso Reis. Portugal and the UN: A Rogue State Resisting the Norm of Decolonization (1956–1974). *Portuguese Studies*, 29(2) (2013): 251–276.

cursos na Grã-Bretanha e em França, encarregando-os também de trazer e traduzir alguma da doutrina francesa e britânica. Especialmente importantes e influentes na evolução doutrinal portuguesa foram as missões militares portuguesas à Argélia francesa, inclusive ao já referido centro de Arzew. Um dos resultados foi a criação, em Lamego, a partir de 1960, de um centro de instrução em contraguerrilha, fortemente influenciado pela doutrina francesa. Surge então algum material muito afrancesado, primeiro passo no desenvolvimento da doutrina portuguesa de contraguerrilha, que vai culminar, em 1963, com um manual português em vários volumes.[12] Em Portugal desenvolveu-se, portanto, mais cedo uma doutrina centralizada de contrainsurreição, o que encaixava logicamente na estratégia salazarista de recusar qualquer diferenciação significativa na resposta dada ao problema colonial em diferentes territórios do que oficialmente afirmava ser um todo pluricontinental. Será, essencialmente, a partir destes materiais doutrinais que iremos basear a comparação que se segue.

A natureza da ameaça

Uma primeira convergência crucial nos três casos foi a fraca eficácia na resposta inicial à guerrilha. A ameaça não-convencional da guerrilha tende a ser subestimada. Essa é uma das razões que explica que levantamentos armados que, na sua fase inicial, tendem a ser relativamente mal-organizados e mal-armados se consigam consolidar em campanhas prolongadas. Há autores que erradamente atribuam esta deficiência apenas ao caso francês, mas é um erro generalizado nestes casos.[13] ´É reveladora a reação a uma visita a Angola no início da insurreição armada, em Março de 1961, do Chefe de Estado Maior do Exército (CEME) que defendeu que tudo não passava de uma 'guerra de catanas'.[14]

Igual grau de convergência se verifica na caracterização da *ameaça como parte de uma ofensiva global dirigida a partir de Moscovo.* Este argumento era fundamental para defender que estes conflitos deviam ser vistos como prioritários na Guerra Fria Global. Para isso, foi necessário vencer a resistência dos que continuavam a insistir na primazia

[12] Portugal-EME, *O Exército na Guerra Subversiva* [*EGS*]. Lisboa: EME-IAEM, 1963, 5 vols.
[13] Anthony Joes, *Resisting Rebellion: The History and Politics of Counterinsurgency*. Lexington: University of Kentucky Press, 2006: 220.
[14] Cit. General Viana de Lemos que foi membro dessa missão, in Freire Antunes, *Kennedy e Salazar*: 204.

da ameaça convencional na Europa. Em Portugal a questão é discutida em duas reuniões do Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), em Agosto de 1959. Salazar queria fazer das prováveis insurreições armadas em África a prioridade estratégica da defesa nacional. O Ministro da Defesa, general Botelho Moniz, resistia, considerando que os compromissos com a NATO na Europa deviam continuar a ser prioritários.[15] O compromisso foi declarar que 'novos compromissos' NATO que requeressem 'novos recursos devem ser cuidadosamente evitados', os já assumidos seriam mantidos. Ao mesmo tempo 'deveria aumentar, tanto quanto possível, o esforço de defesa do Ultramar'.[16] Esta decisão salomónica revelou-se impossível de manter como o início das guerrilhas anticoloniais, em fevereiro/março de 1961, em Angola. A revisão estratégica só foi possível depois de resolvida a mais séria crise nas relações civis-militares do Estado Novo até ao 25 de abril de 1974. Salazar conseguiu, com dificuldade, derrotar a chamada Abrilada ou Golpe de Botelho Moniz, uma tentativa de pronunciamento militar para o afastar do poder, em abril de 1961, e impor a prioridade ultramarina. Depois disso a nova doutrina militar portuguesa defendia que não importava se os insurretos eram literalmente comunistas ou não. Na medida em que existia alguma ideologia por detrás das suas ações armadas eram 'doutrinas marxistas-leninistas'. Sobretudo, eram subversivos da ordem instalada e as suas ações armadas 'vão ser usadas e apoiadas pelo bloco comunista com o objetivo' de instalarem 'senão um regime comunista' pelo menos 'uma situação política favorável a esse bloco'.[17]

É elucidativo o título da apologia inglesa mais influente, durante este período, da nova doutrina de contrainsurreição: *Defeating Communist Insurgency.*[18] Esta visão geoestratégica foi frequentemente incorporada nas páginas da doutrinal formal nos três casos. No texto que consagrou o conceito adotado para classificar este tipo de conflito pela maioria do pensamento e doutrina francesa, Lacheroy não teve também dúvidas em afirmar que o líder comunista Mao Zedong foi quem 'melhor formulou os princípios da guerra revolucionária'.[19] E lamentava que as suas obras fossem 'ignoradas' pelos

[15] Silva Tavares, in *Os Últimos Governadores do Império.* Lisboa: Eds. Inapa, 1994: 177.
[16] ANTT/AOS/CO/PC 44 fol.493-494 Memorando do MDN da Reunião do Conselho Supremo de Defesa Nacional aos Ministros Militares (15.08.1959).
[17] EME, *EGS*, Vol.2: I/6.
[18] Robert Thompson, *Defeating Communist Insurgency: Experiences from Malaya and Vietnam.* London: Chatto and Windus, 1966.
[19] Lacheroy, La Guerre Révolutionnaire: 310.

militares que lutavam na Indochina e na Argélia, quando existiam traduções disponíveis nas 'livrarias comunistas [sic]'.[20] Procurou remediar a situação como Chefe da Secção de Guerra Psicológica do Estado Maior General. Organizou também na *Revue Militaire d'Information* um dossier com artigos que 'examinavam os elementos essenciais da guerra revolucionária de uma perspetiva marxista-leninista, por forma a determinar a doutrina e as técnicas adequadas a este tipo de guerra'.[21]

Uma última convergência fundamental na perceção da natureza da ameaça é o facto destas insurreições serem vistas, nos três casos, como sendo especialmente perigosas por serem *o resultado da ação de uma rede clandestina disciplinada,* capaz de *manipular e exagerar através de uma hábil propaganda* queixas popular*es*. Este dado, *juntamente com a grande mobilidade dos rebeldes, fazia com que os guerrilheiros fossem extremamente difíceis de localizar, identificar e derrotar*. Este desafio levou por sua vez a outras convergências doutrinais em áreas vitais.

A centralidade das informações

Era vista como fundamental nos três casos a capacidade de localizar e identificar o inimigo como resultado da guerrilha procurar ativamente confundir-se com a população civil e buscar a cobertura de vastos territórios em que o terreno facilitava a sua ocultação.

O manual português afirmava precisamente que as informações têm 'uma importância excecional' como resultado da natureza 'clandestina do inimigo', e sublinhava ainda a necessidade de adquirir um 'conhecimento profundo sobre a população'. Os insurretos seriam 'invisíveis' de outra forma.[22] A conclusão era a de que operações militares sem boas informações 'são uma perda de tempo'.[23]

No caso britânico, o manual para a campanha na Malásia sublinhava que para combater 'uma organização clandestina' a 'principal resposta a esta tática passa por uma organização de recolha de informação de grande eficácia'.[24] O manual para a campanha

[20] Charles Lacheroy, *La Guerre Révolutionnaire: Leçons de l'Actions Communiste en Indochine…* in SHD 1H 2524, XRM– CIPCG: 14.
[21] Charles Lacheroy, Avertissement, *RMI*, Vol.281, 1957: 7.
[22] EME, *EGS*, Vol.2: V/1.
[23] EME, *EGS*, Vol.2: V/2.
[24] HQ-MC, Intelligence, *ATOM*: XIV/1-25 [8 apêndices práticos].

no Quénia seguia a mesma linha.[25] E o manual britânico de 1970, o primeiro que procura elaborar doutrina para lidar genericamente com este tipo de conflito afirmava: 'informação de qualidade é a chave para operações bem sucedidas' num guerra irregular em que 'não existe linha da frente ou retaguarda'.[26]

A doutrina francesa partiu das lições aprendidas na campanha na Indochina de que era impossível vencer um conflito deste tipo se a guerrilha tivesse a vantagem no campo das informações, como reconheciam ter sucedido nessa campanha. Sublinhava-se também que as populações locais eram uma fonte crucial de informação, mas não seriam 'colaborantes numa região onde a pacificação' não estivesse 'a avançar'.[27] A doutrina francesa do centro de Arzew para o conflito argelino também afirmava que neste tipo de guerra irregular 'todos' reconhecem a 'necessidade' de informação de qualidade bem como a 'dificuldade' em a obter.[28] Insistia que era fundamental para a sua utilidade operacional que 'a recolha de informação e a sua exploração tática estejam intimamente ligadas como numa reação em cadeia'.[29] Por isso, a recolha de informação deveria ser uma prioridade 'permanente' de todos, visando não só o 'guerrilheiro armado' mas 'toda a população'.[30] Por outras palavras, a contrainsurreição tornava necessário uma espécie de Estado policial, com os riscos de abusos que isso acarretava. Este manual listava uma variedade de fontes potenciais de informação, mas era significativamente mais detalhado relativamente ao 'interrogatório de prisoneiros'. Nomeadamente, insistindo que deveria ocorrer rapidamente, porque o 'sucesso operacional, em 9 de cada 10 vezes, depende não só da qualidade informação, mas também da rapidez com que é obtida para permitir a sua eficaz exploração'.[31] É fácil perceber como isto podia ser lido como uma justificação e até um incentivo a abusos para arrancar informação vital com rapidez. Foi o que veio a acontecer em grande escala, de forma bem documentada e até confessada pelos protagonistas, na notória batalha pelo controlo da cidade de Argel. O problema terá sido especialmente agudo e está melhor documentado no caso francês, mas está longe de lhe ser exclusivo.[32]

---

[25] EA-HQ, 'Intelligence Organization', *Handbook*: 8-10.
[26] MoD, *Counter-Revolutionary Operations. Part 3*: 4, 11
[27] SHD 10 H 983 EMAT, *Enseignements de la Guerre d'Indochine.* s.l., s.n., 1955, Vol.2: 28-31.
[28] SHD 1H 1115, XRM– CIPCG, *Dossier d'Instruction*: 101.
[29] SHD 1H 1115, XRM– CIPCG, *Dossier d'Instruction*: 106.
[30] SHD 1H 1115, XRM– CIPCG, *Dossier d'Instruction*: 101.
[31] SHD 1H 1115, XRM– CIPCG, *Dossier d'Instruction*: 103.
[32] Paul Aussaresses, *Battle of the Casbah: Counter-Terrorism and Torture*. New York: Enigma, 2005: 87,

Propaganda e um Estado à prova de subversão

Nos três casos ficou também clara a necessidade de reforço de vários dimensões *não-militares relacionados com a atração e o controlo da população,* bem como de uma forte aposta na *propaganda*. As orientações doutrinais portuguesas defendem uma abordagem holística por forma a 'garantir a unidade de todas as atividades nacionais' no combater eficaz a uma insurreição também ele holística.[33] Refletindo a importância deste tema e a sua elevada militarização, até por falta de alternativa, um tomo inteiro do manual português foi dedicado a estas tarefas. A ênfase é colocada na unidade de comando e de poderes especiais para os militares.[34] Por outro lado, isto pressupunha que as Forças Armadas tinham de estar disponíveis e preparadas para tarefas não-militares. O manual explicitava como missões vitais das Forças Armadas aquelas que permitem 'manter ou recuperar' o apoio da população local, desde logo, mas não apenas, a 'ação psicológica', especialmente nas regiões em que a presença 'das autoridades administrativas e das forças policiais é muito reduzida.' A prioridade era 'recuperar o controlo da população subvertida' e 'instituições e serviços públicos deficientes', e só depois 'destruir as forças militares' do inimigo.[35]

Convém não confundir, no entanto, esta centralidade da população civil com uma postura benigna ou não-coerciva. Uma parte significativa do volume era dedicado a mecanismos de controlo das populações civis, incluindo a sua deslocação forçada de zonas de combate para novos aldeamentos. Seria fundamental 'isolar o inimigo da população' para evitar que fossem protegidos, informados e alimentados por ela. Daí também a importância da chamada ação psicológica que passava por algumas melhorias materiais, mas também pela propaganda.[36] Esta valorização da dita *psico* é erradamente, por vezes, apontada como uma especificidade do modo português de conduzir este tipo de guerra.

Na doutrina britânica o desejo de conquistar a população local também tinha importância central, a ponto de ter dado origem a uma expressão recorrente: *conquistar*

100-103.
[33] EME, *EGS*, Vol.3: I/3.
[34] EME, *EGS*, Vol.3: I/3.
[35] EME, *EGS*, Vol.1: II/19.
[36] EME, *EGS*, Vol.4: III/1

os corações e as mentes! A frase foi cunhada pelo mais bem-sucedido comandante britânico nestas campanhas, Sir Gerald Templer que acumulava a funções de governador e chefe militar máximo na Malásia: 'eu deixei claro em numerosas ocasiões, desde que cheguei à Federação [da Malásia], que a resposta para os nossos problemas reside, em grande parte, não na selva, mas em conquistar os corações e nas mentes dos homens, mulheres e crianças deste país.'[37] Na verdade, as operações de propaganda e de contraguerrilha eram dois lados da mesma moeda, tal como no caso português e francês. O manual britânico de 1970 destaca como princípio fundamental neste tipo de conflito que: 'acima de tudo será necessário separar os insurretos dos seus apoiantes civis'.[38] Sublinhava-se também que, para isso, seria preciso 'avaliar cuidadosamente as possíveis vantagens e desvantagens de medidas que possam ser impopulares' nomeadamente em termos de controlo da população.[39] Significativamente, e diferentemente dos outros dois casos, também podemos constatar a preocupação britânica em evitar uma excessiva militarização deste tipo de tarefas. Também diferentemente dos outros dois casos – um ponto crucial a que voltaremos na conclusão – este manual deixava bem claro que uma dimensão de mudança política teria que ter lugar em paralelo com propaganda eficaz e mudanças nas operações e táticas militares para se derrotar uma insurreição.[40]

No caso da França as lições da campanha na Indochina apontaram para as consequências desastrosas da ausência de oficiais encarregados dos assuntos civis, de conquistar o apoio e controlar as populações.[41] Por isso, na Argélia foi criado uma especialidade de assuntos civis cuja missão era lidar com o 'subdesenvolvimento' e a 'subadministração'. Eles tinham de oferecer 'uma solução rápida para este problema, dada a impossibilidade de se encontrar quadros em números suficientes na administração civil'. Estes oficiais concentravam todos os poderes e responsabilidades do Estado nas chamadas Secções Administrativas Especiais (SAE) em zonas rurais. Subordinados à autoridade do governador civil, também respondiam à hierarquia militar. A sua importância traduziu-se no facto de ter sido produzido um manual

[37] National Army Museum, Templer Papers 7410-29-1-10, HC Templer Address to the Chamber of Commerce (25.04.1952).
[38] MoD, *Land Operations: III. Counter-Revolutionary Operations*. *Part 3*: 12-13, 27-28.
[39] MoD, *Land Operations: III. Counter-Revolutionary Operations*. *Part 3*: 27.
[40] MoD, *Counter-Revolutionary Operations*: 2.
[41] SHD 10 H 983 EMAT, *Enseignements de la Guerre d'Indochine,* Vol 2 : 11, 29.

especificamente para estes oficiais. Nele foi considerado necessário recordar-lhes que deveriam reportar 'tanto às autoridades civis como militares, não apenas a uma ou a outra'. Sendo militares é fácil imaginar qual tendiam a privilegiar. O tom relativamente às populações locais era também significativamente paternalista e racista: não deviam demonstrar 'desrespeito' pelos 'concidadãos muçulmanos' porque debaixo de 'uma superfície tosca' eram 'orgulhosos'.[42]

A guerra psicológica também é frequentemente apontada como o aspeto mais original da contrainsurreição Francesa. Mas já víamos a importância desta dimensão no caso britânico e português – neste último até por via de uma forte influência francesa. Mais, os pensadores militares franceses não escondiam a sua dívida a esta nível de soviéticos, chineses e vietnamitas. Mas é certo que foi uma dimensão muito desenvolvida no caso francês. As lições aprendidas da guerra na Indochina reservaram logo a sua primeira secção para os 'Aspetos Psicológicos da Guerra' e concluíam que a 'arma ideológica era uma das principais armas, senão a principal' neste tipo de guerra, mas as tropas francesas 'infelizmente apenas estavam autorizadas a lidar com esta arma ideológica com grandes limitações'.[43] Por isso, de 1955 em diante, o referido coronel Lacheroy foi responsável por desenvolver esta nova ferramenta. Como resultado disso a doutrina do centro de Arzew já dava um lugar central à propaganda e às suas técnicas, através de múltiplos media: 'discursos públicos, rumores, panfletos, brochuras, revistas, posters, painéis, fotos, rádio, cinema, televisão'. O alvo não era apenas a guerrilha, mas também os próprios militares e os civis. A regra era 'linguagem clara e direta' porque 'abstrações são difíceis de comunicar'. Foram mesmo criadas uma série de companhas especializadas, *compagnies de hauts-parleurs* – literalmente companhias de megafones – responsáveis pela propaganda direcionada às unidades rebeldes e à população nas zonas de combate.[44]

A grande diferença é que contrariamente à doutrina britânica, no caso da doutrina francesa (e portuguesa) acreditava-se que o sucesso dos movimentos armados independentistas em captar apoio da população local se devia a 'nada mais do que

[42] França-MA-SAA, *Guide de l'Officier des Affaires Algériennes*. Paris: SAA, 1959. Este manual não tem páginas. As principais secções que analisámos foram 'Causes de la rébellion – Nos insuffisances', 'Le service des Affaires Algériens', 'Les constances de la politique musulmane'.
[43] SHD 10 H 983 EMAT, *Enseignements de la Guerre d'Indochine,* Vol 2: 15-21.
[44] SHD 1H 1115, XRM– CIPCG, *Dossier d'Instruction*: 123-126.

técnicas' de propaganda que podiam ser replicadas. A forma era tudo, o conteúdo político independentista não importava. Era uma opção errada, mas conveniente enquanto os decisores de Paris e de Lisboa se mostraram determinados a recusar totalmente a descolonização.[45]

Equilibrar forças defensivas e ofensivas

Nos três casos ficou claro ser fundamental combinar em termos operacionais uma forte dimensão defensiva e ofensiva. A dimensão defensiva passava por uma presença territorial visível de tropa em defesa próxima e controlo da população. A dimensão ofensiva exigia unidades móveis e robustas, forças especiais muitas vezes aerotransportadas.

No caso de Portugal a importância desta combinação ficou clara no segundo volume do manual que começa por destacar que esta era uma guerra de pequenas unidades que tinham de combater 'com grande autonomia'.[46] Por isso se deixava claro que o 'objetivo' destas diretivas não era apresentar uma doutrina 'fixa' mas oferecer aos oficiais de baixa patente que comandavam essas unidades 'um manual que os ajude' a desenvolver uma postura proactiva.[47] Na aplicação prática da doutrina, no entanto, fica clara a distinção entre tropas de quadrícula encarregues de setores específicas, e forças de reserva com missões ofensivas de intervenção rápida por todo o teatro de guerra. A quadrícula de unidades de setor devia garantir o controlo efetivo e ser um pilar da captação e controlo da população. Estas companhias recrutadas através do serviço militar obrigatório eram responsáveis pela saturação do terreno constituindo uma barreira que a guerrilha dificilmente seria capaz de evitar sem ser detetada. Isso permitiria ativar as reservas de elite de paraquedistas, fuzileiros ou comandos. Era reconhecido o risco de que as forças de quadrícula se acomodassem a uma postura passiva. Por isso se insistiu também na necessidade de serem criados destacamentos ofensivos em todos os sector.[48] Do ponto de vista da doutrina portuguesa era claro que 'uma postura militar puramente defensiva não é sustentável'. Era necessário manter a iniciativa, pois na ausência dessa dimensão ofensiva a guerrilha podia crescer perigosamente. Como tal 'uma vez garantido o

[45] Lacheroy, La Guerre Révolutionnaire: 317.
[46] EME, *EGS*, Vol.2: III/2.
[47] EME, *EGS*, Vol.1: xi.
[48] EME, *EGS*, Vol.2: III/12 passim.

controlo do território' com uma quadrícula de forças territoriais, teria de haver 'uma ação ofensiva persistente' para detetar e destruir os grupos armados.[49]

É igualmente claro na doutrina de contrainsurreição britânica que esta era uma guerra da infantaria, que implicava depositar 'muita responsabilidade em oficiais de baixa patente e até em simples soldados.'[50] O influente estrategista Robert Thompson relata que um general britânico na Malásia lhe tinha dito que a sua missão como comandante de divisão era garantir que 'as tropas tinham cerveja'. Acrescentou mais seriamente que 'neste tipo de guerra os oficiais de baixa patente' têm um papel fundamental e devem ser proactivos, mas 'nenhum ousaria fazê-lo sem ordens superiores'. É isso que a doutrina dos manuais britânicos procura fazer.[51]

A doutrina britânica – contrariando o mito da força mínima britânica neste tipo de conflitos que anteriormente critiquei – nalgumas passagens parecem quase cair num culto da ofensiva.[52] Efetivamente prefácio do general Templer no manual da Malásia declarava: 'a missão do exército britânico é matar e capturar [guerrilheiros] comunistas.' E entre as formas de o fazer sublinhava-se a 'necessidade de uma ação ofensiva'.[53] O manual do Quénia adota um tom semelhante, declarando que as tropas deviam estar 'determinadas em concentra-se no inimigo.'[54] O manual de 1970 determinava: 'uma ação ofensiva por parte das forças da ordem era essencial para conquistar e manter a iniciativa.' Para isso as tropas deviam ter 'um espírito agressivo ' e estar 'equipadas, treinadas e acostumadas a operar' nas 'mesmas condições' que a guerrilha.[55] Em suma, a importância das dimensões não-militares não impedia a adoção de uma postura ofensiva.

Na doutrina francesa a contrainsurreição é apresentada com uma guerra total. Mas esta totalidade consistia sobretudo na combinação da dimensão militar e das dimensões não-militares a que já nos referimos. Em termos operacionais nas lições oficiais da Indochina sublinhava-se a importância da manutenção de vias de comunicação seguras,

[49] EME, *EGS*, Vol.2: III/28.
[50] George Erskine, [EA-HQ], Foreword, *Handbook*, [sem página].
[51] Thompson, *Defeating Communist Insurgency*: 61.
[52] Bruno Cardoso Reis, The myth of British minimum force in counterinsurgency campaigns during decolonisation (1945-1970). *Journal of Strategic Studies*, 34(2) (2011): 245-279.
[53] Gerald Templer, [HQ-MC], Foreword to the First Edition, *ATOM*: xi. O quarto ponto era 'disciplina'.
[54] George Erskine, [EA-HQ], Foreword, *Handbook*, [sem página].
[55] MoD, *Counter-Revolutionary Operations*: 5.

a par do 'controlo progressivo' do território, numa mancha de óleo clássica.[56] Também vem da Indochina o reconhecimento do papel crucial da 'mobilidade estratégica' através do 'transporte aéreo' indispensável em vastos territórios, mas também da 'mobilidade tática' para permitir a rápida projeção de forças com grande capacidade ofensiva em resposta a um ataque ou a informação.[57] Isto levou a um investimento crescente em forças de elite, em particular os paraquedistas fazendo uso crescente de helicópteros. As lições oficiais da campanha na Indochina eram claras na defesa desta especialização. Relativamente a estas unidades especiais de paraquedistas, determinava que estas 'unidades essencialmente móveis' deviam ser apenas 'usadas como tropas de choque' e substituídas logo depois.[58] Estas conclusões tiveram um grande impacto na abordagem francesa à campanha na Argélia.

A doutrina na Argélia evoluiu um pouco, mas sobretudo no sentido de se insistir na necessidade de melhorar o desempenho ofensivo das companhias de milicianos, insistindo, tal como no caso português, que todas as unidades, deviam ser capazes de pacificação, mas também de: 'ações de tipo comando, que não devem ser vistas como foro exclusivo de unidades especiais'.[59] Defesa e ataque, controlo de populações e ofensivas militares eram as duas faces da mesma moeda nos três casos.

O mito da vitória traída

A clara convergência entre os três casos resulta sobretudo da tipologia irregular, assimétrica, não-convencional desta ameaça e do contexto geopolítico global da Guerra Fria. Mas não queremos exagerar esse grau de convergência. Tal não é necessário para a tese central deste texto de que a revisão doutrinal nos três casos para responder ao desafio de um conflito irregular foi muito mais convergente do que alguma historiografia e muita memória pública reconhecem. Mas na aplicação concretas destes grandes princípios doutrinais de contrainsurreição houve algumas divergências. Destacaria duas. A primeira, o grau de militarização de tarefas civis a que os britânicos procuraram resistir ao contrário de franceses e portugueses. O segundo, um maior protagonismo e aceitação de forças especiais no caso francês e português face ao britânico.

[56] SHD 10 H 983 EMAT, *Enseignements de la Guerre d'Indochine*, Vol.2: 26.
[57] SHD 10 H 983 EMAT, *Enseignements de la Guerre d'Indochine*, Vol.2: 94.
[58] SHD 10 H 983 EMAT, *Enseignements de la Guerre d'Indochine*, Vol.2: 201.
[59] SHD 1H 1115, XRM– CIPCG, *Dossier d'Instruction*: 105.

Há, no entanto, uma divergência fundamental, em que nos iremos agora focar. Ela terá um impacto fundamental no facto de os britânicos terem conseguido um desfecho mais positivos nalgumas das suas campanhas. Efetivamente, nas campanhas britânicas mais bem-sucedidos, sobretudo no caso da Malásia, os responsáveis britânicos perceberam que era fundamental levar a cabo mudanças políticas fundamentais. Apostaram para derrotar estrategicamente, politicamente estes grupos armados em os apresentar como o último obstáculo para se avançar no sentido de uma verdadeira independência, reduzindo os seus apoios internos e externos. Esta princípio foi consagrada no manual britânico de 1970, que insistiu que 'o fermento da guerra revolucionária está no descontentamento [...] apenas quando as causas desse descontentamento forem eliminadas ou corrigidas é que se pode chegar a um desfecho favorável de uma guerra revolucionária.'[60] Mesmo este correto entendimento não garantiu sempre sucesso no objetivo estratégico britânica de retardar a independência e garantir a transferência gradual do poder para elites pró-ocidentais. Para isso era preciso que essas elites nativas existissem e estivessem disponíveis para esse compromisso, e fossem vistas como legítimas, credíveis, eficazes. Foi assim no caso dos sultões da Malásia, mas não foi assim no dos sultões da região vizinha a Áden.

É evidente, por outro lado, que foi a ausência de um objetivo estratégico realista que determinou a derrota estratégica final nas campanhas portuguesas e francesas. Isso passava no contexto de uma política global dominada por duas grandes potências anticoloniais, depois de 1945, por reconhecer a impossibilidade de travar pela força ou pela propaganda o apela cada vez mais forte e universal da independência. Mas derrotados como? Não vimos um colapso militar total do lado francês ou português. Daqui surge a tese da vitória traída de alguns generais portugueses ou franceses que não parecem ter lido com atenção a sua própria doutrina.

Efetivamente o manual português deixava muito claro que esta era um tipo de guerra diferente. É absurdo pensar em termos de uma vitória convencional quando se lida com um adversário não-convencional. As guerrilhas recusavam empenhar-se numa 'batalha decisiva contra forças superiores, equivalentes ou até mesmo inferiores' porque 'esse não é o seu objetivo'. Na verdade, elas são apenas 'um dos lados da subversão' e

[60] MoD, *Counter-Revolutionary Operations*: 2.

contribuem para 'a vitória' através da 'erosão material e moral das forças convencionais' claro está 'através de combate', mas também através de 'ações psicológicas'.[61] O coronel Trinquier, veterano da Indochina e da Argélia, e um dos principais promotores da doutrina de contrainsurreição francesa, foi igualmente claro: a vitória numa insurreição armada não teria lugar num 'campo de batalha tradicional', onde tropas regulares bem treinadas e equipadas 'teriam a vitória garantida em poucas horas'.[62]

O problema fundamental era, portanto, que nenhuma vitória tática ou operacional na Argélia ou em Angola seria definitiva, dado o contexto global pós-1945. No caso português foi o próprio general Spínola quem deixou claro que: 'neste tipo de guerra uma vitória exclusivamente militar não é uma possibilidade realista', dado que as 'forças subversivas têm um apoio inesgotável no estrangeiro'. Assim sendo, só poderia pedir-se às tropas que criassem condições durante 'um período de tempo, necessariamente não muito longo', que permitiria 'chegar a soluções políticas' as únicas com possibilidade de 'sucesso'.[63]

Já antes o general De Gaulle, presidente da França, em 1958, precisamente para lidar com a pressão interna e externa causada pela Argélia, tinha deixado claro que o esforço para tentar 'manter a soberania' pela forças nas colónias francesas era 'absurdo', em virtude do custo económico, em vidas, mas também político e reputacional.[64] Em última análise, para De Gaulle a única opção política racional era descolonizar porque 'não podemos ter o mundo inteiro contra nós!'[65] Foi também essa a posição dos líderes portugueses que predominaram a partir de julho de 1974.

Insistir na tese da vitória traída pode ser politicamente conveniente, mas é não perceber que uma guerrilha não tem por objetivo uma vitória convencional, antes apostando na atrição prolongada da vontade de combater de um inimigo à partida muito mais forte. As guerrilhas independentistas não tiveram como objetivo marchar sobre Lisboa ou sobre Paris ou sobre Londres. Não precisaram disso para atingir o seu objetivo político e estratégico de tornar o colonialismo tóxico na política internacional e demasiado custoso para ser politicamente viável.

---

[61] EME, *EGS*, Vol.2 p. I/8.
[62] Roger Trinquier, *Modern Warfare: A French View of Counterinsurgency.* London: Pall Mall Press, 1964: 8-9, 48-49.
[63] António de Spínola, *Portugal e o Futuro.* Lisboa: Arcádia, 1974): 41-45.
[64] Alan Peyrefitte, *C'Était De Gaulle*. Paris: Fayard, 1995: 56.
[65] Alain Peyrefitte, *C'Était De Gaulle*: 88-89.

BIBLIOGRAFIA

Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, Eds. *Guerra Colonial*. Porto: Porto Ed., 2020.

John Cann, *Contra-Subversão em África: Como os Portugueses Fizeram a Guerra em África.* Lisboa: Prefácio, 2005.

Joaquim da Luz Cunha et al., *África: A Vitória Traída*. Lisboa: Intervenção, 1977.

Christophe Dutrône, *La victoire taboue: Algérie, la réussite tactique de l'armée française*. Paris: Eds. Toucan, 2012

Beatrice Heuser, Eitan Shamir. Eds. I*nsurgencies and Counterinsurgencies: National Styles and Strategic Cultures*. Cambridge: Cambridge U.P., 2016.

Anthony Joes, *Resisting Rebellion: The History and Politics of Counterinsurgency*. Lexington: University of Kentucky Press, 2006.

Richard Holmes. Ed. *Oxford Companion to Military History*. Oxford: Oxford UP, 2001.

Bruno Cardoso Reis. Portugal and the UN: A Rogue State Resisting the Norm of Decolonization (1956–1974). *Portuguese Studies*, 29(2) (2013): 251–276.

Bruno Cardoso Reis, The myth of British minimum force in counterinsurgency campaigns during decolonisation (1945-1970). *Journal of Strategic Studies*, 34(2) (2011): 245-279.

William C. Westmoreland, *A Soldier Reports*. New York: Doubleday, 1976.